

em vista uma segunda edição da obra. Tal como se apresenta na edição portuguesa, nas suas 1005 páginas e nos 209 artigos que engloba (cometidos a 69 colaboradores), o *Dicionário de Luís de Camões* veio preencher uma lacuna há muito sentida pelos estudiosos e devotos de Camões, obrigando as estantes votadas à camonística a alargarem um pouco mais, para acolher uma obra que agora, de todo, lá não pode faltar. Mas o volume representa bem mais do que isso: enquanto iniciativa editorial corajosa, o extenso *opus* constitui um grande serviço prestado à Literatura e à Cultura que se exprimem em Língua Portuguesa: um serviço que deve ser creditado à Editorial Caminho (cujos ativos eram já assinaláveis neste tipo de obras); e que deve ser acrescentado à já larga parcela de devoção, operosa e invulgarmente qualificada, que Vítor Manuel Aguiar e Silva vem consagrando ao nosso poeta maior.

José Augusto Cardoso Bernardes

**A RECEPÇÃO DE CAMÕES NO BARROCO
PORTUGUÊS: O CASO DE ESTÉVÃO
RODRIGUES DE CASTRO
RUI MANUEL AFONSO MATEUS
Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da
Moeda, 2011
226 páginas, ISBN 9789722719520**

Este estudo constituiu originariamente a dissertação apresentada pelo Autor, em 2003, à Faculdade de Letras da

Universidade de Coimbra, no âmbito do Curso de Mestrado em Literatura Portuguesa.

No período que mediou entre a defesa da tese e o aprontamento desta para publicação, Rui Mateus procedeu à revisão e atualização da sua obra, tendo em conta as sugestões e orientações de investigação formuladas pelos membros do júri que apreciaram o seu trabalho, acolhendo as contribuições de novos conhecimentos entretanto proporcionados por outros estudiosos e beneficiando do amadurecimento e do aprofundamento do seu próprio projeto de investigação. Merece ser sublinhado o sentido de responsabilidade intelectual assim demonstrado. O labor de pesquisa científica, seja no âmbito das ciências humanas e sociais, seja no âmbito das ciências exatas e da natureza, pressupõe um investigador que saiba ouvir e acolher, concordando e discordando, as orientações e os conselhos de mestres experientes e credenciados, que acompanhe atenta e criticamente os novos conhecimentos produzidos na área em causa, que disponha do tempo necessário para aferir os seus instrumentos teóricos e metodológicos e para convalidar ou infirmar as suas hipóteses e conclusões, e sobretudo que cultive uma atitude intelectual ao mesmo tempo de empenhamento e de abertura, que revele a capacidade de questionar os seus pares e de se questionar a si próprio, sem dogmatismo nem arrogância. Rui Mateus, a avaliar por esta obra, é um jovem investigador que

satisfaz modelarmente estes princípios e estas exigências da pesquisa científica.

Nas últimas décadas, re floresceram com vigor os estudos camonianos em diversas Universidades portuguesas, graças em boa parte ao trabalho inovador e inteligente de jovens investigadores que têm sabido continuar e desenvolver os contributos de camonistas que, em muitos casos, foram seus professores ou orientadores. Rui Mateus faz parte deste movimento de renovação dos estudos camonianos e soube agradecer, em palavras justas e sentidas da “Introdução”, quanto ficou a dever a Aníbal Pinto de Castro, figura insigne da camonologia contemporânea, que foi seu mestre e orientador.

O Autor demonstra um bom conhecimento dos princípios teóricos e dos instrumentos metodológicos que adota e que procedem da *Rezeptionsästhetik* elaborada por Hans Robert Jauss e outros estudiosos alemães. A estética da receção, articulada com a literatura comparada, alcançou nalgumas Universidades portuguesas, ao longo do último quartel do século XX, uma grande relevância, que se ficou a dever fundamentalmente aos trabalhos de investigação da notável germanista e comparatista que é Maria Manuela Gouveia Delille.

Por outro lado, Rui Mateus revela um conhecimento acurado dos problemas do cânone da lírica camoniana e do *corpus* da obra poética atribuída a Estêvão Rodrigues de Castro (1560-1638), constituído pelos poemas publicados

na edição das suas Rimas, vinda à luz em Florença, em 1623, organizada pelo seu filho Francisco de Castro, e por um número ainda considerável de poemas inéditos que são dados ao poeta-médico por alguns cancioneiros manuscritos, em especial pelo Cancioneiro Fernandes Tomás. A obra poética de Estêvão Rodrigues de Castro foi objeto de uma sólida edição elaborada por Giacinto Manuppella (*Obras poéticas em português, castelhano, latim, italiano*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigen-sis, 1967). Em datas posteriores a esta edição, propus a atribuição a Rodrigues de Castro do soneto “Em qual vea se achou o ouro fino” e da elegia “Foi-me alegre o viver, já me é pesado”.

Rui Mateus demonstra persuasivamente, através do “caso” de Estêvão Rodrigues de Castro, que a poesia lírica de Camões originou uma fecunda receção produtiva noutros poetas desde fins do século XVI, no quadro periodológico de um Maneirismo já em vias de transição para o Barroco. Tendo emigrado para Itália cerca de 1608, Rodrigues de Castro conheceu sem dúvida as edições das Rimas de Camões de 1595 e de 1598, poderá ter conhecido na Itália a edição das Rimas de 1616, organizada por Domingos Fernandes, e conheceu também decerto cancioneiros manuscritos nos quais estavam coligidas obras de Camões. Se Estêvão Rodrigues de Castro utilizou como intertextos alguns poemas que só foram incluídos no cânone da lírica camoniana na edição de 1668 das Rimas, organizada por

Álvares da Cunha, a única explicação plausível será a de que o poeta-médico conhecia esses textos através de fontes manuscritas (p. 120). As análises levadas a cabo por Rui Mateus sobre a presença do intertexto camoniano na obra poética de Estêvão Rodrigues de Castro são modelarmente bem documentadas, rigorosas e pertinentes, tanto no plano retórico-estilístico como no plano semântico e temático. Devem ser sublinhadas a dificuldade e a delicadeza deste labor analítico, pois que os *topoi* do petrarquismo renascentista e maneirista, copiosamente cultivados por numerosos poetas italianos, espanhóis e portugueses, originam uma intertextualidade difusa na qual se torna muitas vezes tarefa árdua e arriscada identificar ou delimitar a presença dos subtextos.

O título da obra de Rui Mateus afigura-se-me desadequado. Penso que os títulos e os subtítulos, quando existem, são relevantes elementos estruturais dos textos literários, suscitando nos leitores um determinado horizonte de expectativas e iluminando cataforicamente a leitura dos textos. Ora o título *A recepção de Camões no barroco português* não é congruente com a matéria tratada no livro e esta falta de congruência não é resolvida pelo subtítulo restritivo, *O caso de Estêvão Rodrigues de Castro*. Com efeito, Rui Mateus caracteriza repetidamente o médico de Cosme II de Médicis como poeta maneirista – e. g., “não podemos esquecer todo o caminho que percorremos até aqui, o qual nos permitiu

verificar como a criação literária deste autor se revê e encontra o seu travessamento nas linhas temáticas e estilísticas da estética maneirista” (p. 103) –, embora situe a sua obra, a meu ver acertadamente, na transição do Maneirismo para o Barroco (e. g., p. 100). O título do capítulo 3 do volume de Rui Mateus – “Afirmção do Maneirismo e insinuação da estética barroca na lírica de Estêvão Rodrigues de Castro” – põe em causa a justeza do título da obra.

Entre a estética da receção e as teorias da intertextualidade pode existir uma relação relevante, mas não necessariamente. Com efeito, a estética da receção orienta-se predominantemente para os domínios da história literária, da literatura comparada e da sociologia da comunicação literária, privilegiando a análise da mal denominada “receção passiva”, levada a cabo pelos leitores comuns, que não assumem o papel de transdutores no processo da comunicação literária, e a análise da chamada “receção reprodutiva”, representada pela crítica, pelo ensaio, etc., e prestando escassa atenção à “receção produtiva”, representada por escritores que, a partir e sob o influxo de obras literárias, filosóficas, picturais, musicais, etc., produzem novos textos. As teorias da intertextualidade, ao invés, inscrevem-se num paradigma que, explícita ou implicitamente, é de raiz e de orientação formalistas, embora não se deva esquecer que o discurso, no pensamento de Bakhtine, matriz primordial das teorias da intertextua-

lidade, é um fenómeno indissolúvelmente articulado com a história e com a vida social. É por isso que duas obras fundamentais no desenvolvimento das teorias da intertextualidade, *Semiotics of poetry* (1978) de Michael Riffaterre e *Palimpsestes. La littérature au second degré* (1982) de Gérard Genette, escassa ou nula atenção prestam à *Rezeptionsästhetik* e à obra de Hans Robert Jauss. O mesmo se diga de uma obra importante para o estudo da intertextualidade na poesia do Renascimento como é *The light in Troy* (1982) de Thomas M. Greene.

Rui Mateus enriqueceria a fundamentação teórico-metodológica da sua obra e as suas análises e interpretações textuais, se acolhesse mais aprofundadamente as teorias da intertextualidade (utilizo deliberadamente o plural). O conceito de imitação não tem a capacidade heurística e a amplitude semântico-pragmática do conceito de intertextualidade. Aliás, teria sido também aconselhável que Rui Mateus distinguisse o conceito de *mimesis* e o conceito de *imitatio*, que aparecem na sua obra amalgamados, senão mesmo identificados (cf., e. g., p. 27). Como adverte Stephen Halliwell, um dos mais competentes editores e conhecedores contemporâneos da Poética de Aristóteles, a tradução de *mimesis* por “imitação”, ainda prevalente em muitas edições, é inadequada e conduz a caminhos transviados (Stephen Halliwell, *The aesthetics of mimesis. Ancient texts and modern problems*, Princeton-

-Oxford, Princeton University Press, 2002, p. 152). *Mimesis*, na poética de Aristóteles, é a representação, com diversos meios, das ações dos homens, dos homens que atuam. Nas poéticas de matriz aristotélica do Renascimento e do Classicismo europeu difundiu-se a fórmula da *mimesis* como imitação (representação) da natureza, não da natureza enquanto mundo exterior e físico, mas da natureza humana. Ou seja, a mimese é um conceito atinente à ontologia e à referencialidade da obra de arte e, em particular, da obra poética. A *imitatio* é um conceito atinente aos processos de criação e de escrita dos textos oratórios e dos textos poéticos, com base no conhecimento, na observância e na apropriação das obras dos autores reputados como exemplares ou modelares, isto é, como clássicos. Na sua origem, é um conceito retórico e poético que se fundamenta nos “cânones”, nas listas de autores escolhidos elaboradas na época helenística, que foi explanado normativamente em Roma por autores tão influentes como Cícero, Horácio e Quintiliano e que constituiu o cerne do Classicismo renascentista e pós-renascentista.

Como sublinhei atrás, Rui Mateus demonstra um conhecimento acurado dos problemas do cânone da lírica camoniana e do *corpus* da obra poética atribuída a Estêvão Rodrigues de Castro, o que pressupõe o conhecimento do *corpus* textual atribuído a outros poetas do período maneirista. Na minha tese de doutoramento, *Maneirismo e bar-*

roco na poesia lírica portuguesa (Coimbra, 1971, p. 70, n. 16), dei a informação de que o soneto “Que cousa seja amor, não se compreende”, atribuído pelo Cancioneiro Fernandes Tomás a Estêvão Rodrigues de Castro e como tal incluído por Giacinto Manuppella na sua edição das *Obras Poéticas* (p. 347), se encontra atribuído a Martim de Crasto do Rio no ms. 6046, fl.103 r, da Biblioteca Nacional de Lisboa. Não afirmei que o soneto devia ser excluído da obra de Rodrigues de Castro, mas coloquei implicitamente em dúvida a sua atribuição ao poeta-médico. Como observa com pertinência Rui Mateus, em ensaio posterior sobre o cânone da lírica de Camões, coligido no meu livro *Camões: labirintos e fascínios* (Lisboa, Edições Cotovia, 1994, p. 100, n. 64), citei a primeira quadra do soneto como pertencendo este a Estêvão Rodrigues de Castro. Não fui prudente nem congruente com a dúvida suscitada na minha tese de doutoramento. Tendo encontrado o soneto atribuído também a Martim de Crasto do Rio no ms. 3563, fl. 75 r, da Biblioteca Nacional de Lisboa – um manuscrito merecedor de considerável confiança –, Mafalda Ferin Cunha integrou justificadamente este poema na sua valiosa edição da poesia de Crasto do Rio (*A poesia de Martim de Crasto do Rio (c. 1548-1613)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 203).

Em conclusão: a obra de Rui Mateus constitui um inteligente e substancial contributo para os estudos camonia-

nos em geral, para o conhecimento da obra poética de Estêvão Rodrigues de Castro e para o estudo da transição do Maneirismo para o Barroco na poesia lírica portuguesa.

Vítor Aguiar e Silva

OS LUSÍADAS PARA GENTE NOVA

VASCO GRAÇA MOURA

Lisboa, Gradiva, 2012

150 páginas, ISBN 9789896164768

Quando observados na estrita qualidade de produto cultural que circula no mercado específico que se preenche com os bens seus congêneres, aos quais se pode aplicar a designação de “obras literárias” (numa síntese generalizadora e, a cada dia que passa, mais heteróclita e vaga), *Os Lusíadas* configuram um caso curioso e digno de nota. Ao mesmo tempo que assistimos a uma significativa restrição da leitura do texto épico de Camões a contextos delimitados pelas paredes das instituições de ensino (seja ele básico, secundário ou universitário), às quais fica confiada (com resultados quase garantidos à partida) a tarefa de sustentação e de preservação de textos no mosaico canónico que o sistema literário coloca no seu centro, é impossível ignorar a atenção que, não certamente sem o impulso decorrente da sua intensa apropriação por parte do aparelho escolar, a obra tem vindo a merecer dos promotores de bens culturais destinados a um público não especializado,